



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

por@pormassas.org - fb.com/massas.por - pormassas.org

Derrubar e enterrar a PEC 206/2019!

Abaixo a cobrança de mensalidades no ensino superior!

Unir a luta contra a privatização da Educação ao combate ao plano entreguista de Bolsonaro!

Mais uma vez, vem a público a proposta de cobrança de mensalidades nas universidades brasileiras. A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 206/2019, de autoria do deputado General Peternelli (União Brasil-SP), entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados no dia 24 de maio. O relator, conhecido inimigo da educação pública, Kim Kataguiri (MBL/União Brasil-SP), deu parecer favorável à proposta. O anúncio da pauta gerou movimentações nas redes sociais e os integrantes da CCJ acataram o requerimento do PT, apoiado por outros partidos de oposição, para adiar a votação. Chamou a atenção que dentre os apoiadores da PEC estavam os deputados Frei Anastácio (PT-PB) e Vander Loubet (PT-MS) que, após repercussão, retiraram o apoio.

A proposta privatista se reveste do discurso da “justiça social”, recomendado pelo Banco Mundial, de cobrar mensalidades apenas dos “mais ricos”, para ajudar a custear o ensino gratuito dos “mais pobres”. Nada mais falso, os planos do imperialismo são de avançar na destruição total do ensino superior público e gratuito no Brasil. Dias antes, foi divulgado o “Projeto de Nação, o Brasil em 2035”, dos institutos Villas Bôas, Sagres e Federalista, em que os militares incluem, entre os temas que consideram “estratégicos”, a defesa da cobrança pelo atendimento do SUS e de mensalidades nas Universidades Públicas.

As entidades sindicais e estudantis se limitaram às manifestações nas redes sociais e à pressão parlamentar. É urgente erguer a luta em cada escola, bairro e universidade, em defesa da educação pública e gratuita. A luta contra a privatização, no entanto, vai muito além do combate à cobrança de mensalidades. Temos um dos sistemas

de ensino superior mais privatizados do mundo. A cada quatro estudantes, três estão em instituições privadas. Somente 18% dos jovens de até 24 anos estão no ensino superior. A expansão de matrículas tem se dado à base do financiamento público da rede privada, por meio do PROUNI, FIES, e penetração do capital monopolista internacional na educação. No interior das instituições públicas, a privatização interna avança junto ao estrangulamento orçamentário.

A pressão do Banco Mundial pela quebra da gratuidade

A fonte das diretrizes de privatização do ensino superior pode ser encontrada nos documentos do Banco Mundial (BM). O documento “La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia”, publicado em 1994, pelo BM, trazia quatro diretrizes para a reforma da educação superior, na América Latina, Ásia e Caribe: 1) Maior diferenciação das instituições; 2) Diversificação do financiamento das instituições estatais, e adoção de incentivos para seu desempenho, 3) Redefinição da função do governo, e 4) Enfoque na qualidade, adaptabilidade e equidade. Em relação à diversificação do financiamento, o receituário neoliberal incluía: a ampliação da participação dos estudantes na cobertura dos custos, por meio de cobrança de matrículas e mensalidades, e corte de verbas da assistência estudantil (moradia, alimentação), consideradas como “subsídios para gastos não relacionados com a instrução”; doações de empresas (mediante isenção fiscal), e de ex-alunos; e a venda de serviços, como cursos de curta duração, consultorias e pesquisas, mediados por fundações de direito privado.

O Banco Mundial, no documento “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, de 2017, atualizou suas análises e recomendações. Retomou a argumentação de que os gastos com ensino superior são regressivos (beneficiam os mais ricos) e ineficientes, podendo ser cortados pela metade e mais bem aproveitados na educação básica, beneficiando os mais pobres. Uma grande farsa, pois, a real preocupação do Banco Mundial é com o capital monopolista, e a sustentação do parasitismo financeiro. Os atuais defensores do fim da gratuidade, portanto, são meros repetidores dos argumentos gestados pelo Banco Mundial. Mas não se pode esquecer que os governos FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, cada qual a sua maneira, vêm implementando o receituário do Banco Mundial.

Apesar dos direitistas defenderem que as universidades sejam, realmente, para uma elite, para argumentar em defesa da cobrança de mensalidades, dizem combater o elitismo. Do outro lado, a associação de reitores, ANDIFES, e entidades sindicais e estudantis, procuram afirmar que o ensino superior brasileiro não é elitista. Usa-se, sem rigor, os dados divulgados pela Andifes, referentes a 2018, que apontam que 51,2% dos estudantes das universidades federais são negros, 54,6% mulheres, e 70,2% têm renda per capita de até 1,5 salário-mínimo. Além do que, 60,4% dos alunos graduandos passaram por escolas públicas. O questionário foi respondido por 35% dos estudantes de forma espontânea, sendo que as instituições estimularam principalmente os bolsistas a responderem. Sendo assim, não é possível ter certeza de que esta é a composição real das universidades.

É fato que as políticas afirmativas, implementadas sob os governos petistas, levaram ao ingresso de mais estudantes vindos de escolas públicas e negros, porém, é importante reconhecer que nossas universidades permanecem elitistas e excludentes. Reconhecer isto não significa jogar água no moinho das políticas privatistas, isso só se dá quando se abandona a defesa da educação para todos, como direito universal, e se adentra no campo das políticas seletivas e focalizadas, indicadas pelo receituário neoliberal. Eis por que uma posição democrática e classista luta pela defesa do acesso irrestrito da juventude ao ensino superior público e gratuito, sem exames de ingresso.

A argumentação da “justiça social” é farsesca. Trata como inalterável a condição de sangria das riquezas nacionais, por meio da dívida pública.

Daquilo que sobra para o orçamento das políticas sociais, propõe-se as rigorosas análises de eficiência e foco na pobreza extrema. Os que aceitam tal perspectiva abrem mão da defesa da educação como direito universal. Devemos rejeitar a “escolha” entre onde aplicar o dinheiro público: educação básica ou superior públicas. Para isso, é necessário erguer um movimento pelo financiamento integral da educação da parte do Estado, a partir dos orçamentos decididos nas assembleias escolares e universitárias. Tal reivindicação, evidentemente, se choca com o pagamento da dívida pública. Sem isso, a realidade da crise financeira nas universidades públicas brasileiras vira argumento para a inevitabilidade do avanço do privatismo.

Defender um sistema de educação integralmente público e gratuito

A rejeição à PEC 206 não pode se restringir aos meios virtuais. Deve servir para chamar a atenção sobre a necessidade de defender um sistema de ensino integralmente público e gratuito. É necessário entender os cortes de orçamento como parte das medidas privatistas, e opor uma resposta programática, com a expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

Essa luta implica situar a privatização da educação como parte da política de privatização da Petrobras, Eletrobrás, Correios, BB, Caixa, Metrô etc. A resposta aos ataques à educação não pode ser corporativa. É preciso unir todos explorados e oprimidos contra o intervencionismo e a espoliação imperialistas do País. As privatizações dos recursos naturais e industriais são a base para a privatização do ensino público. As centrais, sindicatos e movimentos devem pôr em marcha um movimento de defesa da economia nacional e de um programa próprio dos trabalhadores, que inclua a defesa da educação e saúde universalmente públicas. Essa união classista de forças possibilita constituir uma frente única anti-imperialista.

Diante disso, a Corrente Proletária na Educação faz o chamado às centrais sindicais, sindicatos e movimentos estudantis e populares a erguer a luta por empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Erguer comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia e convocar um verdadeiro dia nacional de lutas com bloqueios e paralisações.